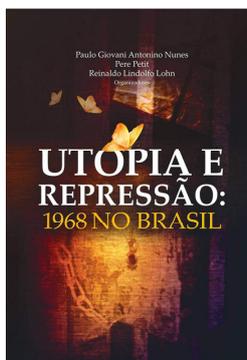


Entre a juventude e a coerção: o ano de 1968 em perspectiva multiescalar

Pedro Eurico Rodrigues

Doutorando em História – Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Bolsista do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação – PROMOP/UDESC
 <https://orcid.org/0000-0002-5854-0208>
E-mail: pedro.eurico.rodrigues@gmail.com



Resenha de:

NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saggá, 2018. 355 p. ISBN: 978-85-9312-315-3 (impresso).

Texto recebido em: 04/08/2020

Texto aprovado em: 19/10/2020

709

O novo fazer historiográfico do campo político brasileiro tem avançado nas últimas décadas ao dialogar com outras áreas de saber e incluir nos debates os marcadores sociais (relações de gênero, raça, religião, geração e classe social), bem como os jogos de escalas cronológicas e espaciais nas suas pesquisas (SIRINELI, 2014). Ao “olhar” para a historiografia brasileira que ganhou projeção ao longo do século XX percebe-se uma concentração de estudos situados espacialmente no eixo Rio-São Paulo, o que impôs uma “narrativa única” – centrada neste eixo – para a história do Brasil, ao ponto que as pesquisas que se encontravam por fora deste eixo eram consideradas regionais ou periféricas. Isso se deve muito pelo fato de os programas de pós-graduação e os primeiros cursos de história estarem situados naquelas regiões há mais tempo¹.

O livro *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*, organizado por Paulo Giovanni Antonino Nunes, Pere Petit e Reinaldo Lindolfo Lohn, em seus quatorze artigos, demonstra uma possibilidade compreender o ano de 1968 na história do Brasil. Em uma perspectiva multiescalar, a obra aborda temas das cinco regiões do país²,

usando o ano como um marco para o período militar, promovendo variados debates historiográficos e o uso de metodologias e documentos heterogêneos. Duas palavras são constantes nos artigos: utopia e repressão, e por meio delas podemos traçar as constelações de fatos em comum descritos nos artigos. A palavra utopia aparece muito ligada aos movimentos sociais juvenis presentes naquele contexto do ano de 1968. Essa juventude é descrita em diferentes “papeis”, lutando ora pelo retorno da democracia, ora por melhores condições de educação escolar. As mortes, do político e médico, Che Guevara em 1967 e, do estudante Edson Luís 1968, e do político Carlos Marighella em 1969, “fundem” os termos utopia e repressão no ano de 1968. São eventos considerados traumáticos para os grupos sociais brasileiros progressistas do período, pois promoveram conflitos ideológicos a organização de movimentos sociais, e o esgarçamento das esperanças. Deixando suas marcas e permanências, o ano de 1968 para muitos ainda não terminou.

No primeiro capítulo do livro, intitulado “Papagaio que está trocando as penas não fala: Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964” de autoria de César Augusto Bubolz Queirós, docente da UFAM, procura evidenciar por meio da imprensa de circulação regional e nacional as disputas ocorridas no campo das relações de poder no Estado do Amazonas no limiar do golpe de 1964. O autor analisa os embates políticos travados pelo governador Plínio Coelho do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), descrevendo, como o político se manteve no poder, pois declarava apoio ao João Goulart antes do 1 de abril e posteriormente foi favorável aos militares.

Maria Ariádina Cidade Almeida e Teresa Almeida Cruz, realizam uma reflexão sobre o autoritarismo sofrido pelos povos originários durante a ditadura civil-militar no segundo capítulo do livro. No capítulo “Os involuntários da pátria: os povos indígenas e segurança nacional na Amazônia Ocidental, 1964-1985” mostram como os povos indígenas da Amazônia Ocidental (Acre e sul do Amazonas) foram “hostilizados” durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Utilizando como documentos o Relatório Figueiredo e a plataforma do Memórias Reveladas³, as autoras descrevem as ações de órgãos federais como, a FUNAI e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que passaram a ser coniventes com os seguintes processos: os trabalhos compulsórios realizados pelos indígenas para seringueiros; o extermínio da população; a venda de terras, já demarcadas, para empresários. O artigo apresenta uma reflexão sobre os povos originários, mais uma vez na história do Brasil, terem sido submetidos a violência de diferentes ordens, que ocasionou,

um número de mortos denunciados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) maior do que a dos civis. Fazendo uma história à contrapelo, as autoras mostraram que a resistência e a luta dos povos indígenas por demarcação de terras e respeito são ainda uma utopia contemporânea.

Edmilson Alves Maia Junior, aborda no terceiro capítulo as disputas de narrativas presentes nos movimentos estudantis na capital cearense no ano de 1968. Em “Memórias de luta: eventos estudantis contra a ditadura na ‘Fortaleza 68’” o autor traz uma reflexão sobre o ano de 1968 em Fortaleza pela perspectiva do Movimento Estudantil Universitário (MEU). Utilizando a história oral e a imprensa como suportes documentais, o autor aborda como a luta contra a repressão da ditadura civil-militar gerou disputas pelo poder do MEU devido às diferentes ideologias de esquerda que a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) portavam. Por meio do capítulo foi possível perceber como as juventudes das esquerdas se articulavam em Fortaleza na década de 1960, além de perceber a pluralidade de ideias dos movimentos sociais contrários à ditadura naquele ano.

O quarto capítulo de autoria de Reinaldo Lindolfo Lohn e Sílvia Maria Fávero Arend aborda os protestos estudantis na “pacata” Florianópolis de 1968. Em “1968 entre utopias e realidades. Imprensa e protestos estudantis: o caso de Florianópolis” os autores investigam a participação da juventude florianopolitana na resistência à ditadura civil-militar. A documentação evidenciou a perseguição e a estigmatização feita pela imprensa aos movimentos organizados pelos estudantes, em nível nacional noticiada na revista Realidade e em nível regional pelo o jornal O Estado. As mudanças da pequena cidade também são salientadas na pesquisa: as transformações urbanas para uma classe média em ascensão, que adpta ao conservadorismo, tornou-se um reagente negativo às manifestações dos jovens estudantes da capital catarinense.

No artigo “A UNE na mira da Veja desde 1968”, Maria Ribeiro do Valle, percorre a história da UNE em São Paulo por meio da análise da Revista *Veja*, desde do evento conhecido com o Batalha do Maria Antônia - disputa entre os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP contra os estudantes do Mackenzie - até o ano de 2008 quando o então ministro da casa-civil José Dirceu, que fora presidente da UNE em 1968, era ainda associado ao seu passado de militância de forma negativa pelo periódico. A autora traça um percurso dos fatos narrados pela revista em cinco datas diferentes (1968, 1978, 1988, 1998, 2008)

demonstrando que a revista ora condena o movimento social, ora valoriza o mesmo, a depender do grupo político que está no poder no país.

O sexto capítulo do livro intitulado “O ano de 1968 no Estado da Paraíba: militância estudantil e opção pela ‘Luta Armada’ – Trajetórias, histórias e memória”, de autoria de Paulo Giovanni Antonio Nunes, analisou a trajetória de militantes de esquerda, principalmente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) que optaram pela “luta” armada no estado da Paraíba. Os principais documentos analisados foram os depoimentos prestados por militantes em Audiências Públicas e Oitivas e na Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. O autor desconstrói uma memória consolidada de que somente pós-AI-5, a opção política possível era a luta armada. O autor desconstrói uma memória consolidada entre a população de que somente pós-AI-5, a opção política possível era a luta armada.

Os sociólogos Rodrigo Czajaka e Thiago Bicudo Castro apresentam no sétimo capítulo “‘a bíblia’ do movimento estudantil” (p. 163) e suas reverberações no artigo “O poder jovem: memória estudantil e resistência Política na Obra de Arthur Poerner”. O livro que foi lançado em 1968 narrava a história do movimento estudantil desde o período colonial, e traçava uma ligação entre os estudantes universitários. “O poder Jovem” em 1977 foi reeditado de forma clandestina pelo movimento estudantil. Sua narrativa progressista foi adotada pela UNE, tornando-se um dos livros mais lidos pelos integrantes dos movimentos estudantis nacionais e encontra ressonâncias na contemporaneidade.

Os capítulos oito e nove mobilizam o marcador social religião em aspectos distintos: enquanto o primeiro dedica-se ao estudo dos movimentos sociais relacionados à Igreja Católica em espaços rurais e suas articulações com grupos de trabalhadores. O segundo está focado em analisar resistências de religiosos no espaço urbano e suas conexões com jovens militantes progressistas. No artigo “Anticomunismo, evangelização e conscientização: Igreja e Trabalhadores rurais em Pernambuco”, Samuel Carvalheira de Maupeou demonstrou como as organizações católicas marcaram presença na cena política da Zona Canavieira de Pernambuco. Já o artigo de Américo Freire, “Dominicanos, 1968” trata da atuação política contra o regime militar da ordem dos Dominicanos entre as décadas de 1950 e 1960, na cidade de São Paulo. O artigo mostra com detalhes a incursão de freis dominicanos, tal como Frei Beto, na organização da luta armada, passando pelas trajetórias de outros freis, que foram torturados e exilados no período.

Enrique Serra Padrós, constrói um capítulo baseado em memórias de jovens gaúchos no artigo “O 68 no Rio Grande do Sul”. A efervescência estudantil, o choque entre gerações, ideologias e estéticas são analisados pelo autor. A Porto Alegre de 1968 ocorreram intensos movimentos de contestação de jovens secundaristas, de artistas e de integrantes de movimentos sociais. Como um objetivo em comum, e com projetos conflitantes, resistiram à repressão de diversas maneiras, desde o uso da minissaia e o batom, passando pelos cabelos compridos, até a luta armada. Segundo o autor, o ano de 68: “acabou como um segundo golpe, não contra o primeiro, para esgarçar ainda mais seu alcance impeditivo e asfíxiante, com censura, tortura, execuções e desaparecimentos. A esperada primavera de 68 terminou derrotada. Terminou cinzenta. Cinzenta como chumbo” (PADRÓS, 2019, p. 256).

O décimo primeiro capítulo, escrito por Lucileide Costa Cardoso, intitulado “1968, memória e esquecimento: como recorda a Bahia?” A autora, realiza análise da imprensa da época sobre o contexto mundial, brasileiro e baiano acerca do ano de 1968. As repressões do Ato Institucional número 5 atingiram diversos setores, principalmente: os estudantes que tiveram as matrículas cassadas por participarem de passeatas em anos anteriores; e o fechamento da Segunda Bienal do Convento da Lapa em Salvador. A autora argumenta que a geração de 1968, não só na Bahia, como também no Brasil e no mundo, herdaram uma sociedade que ainda precisa de justiça social.

Pere Petit, é o autor do capítulo intitulado “Partidos e Eleições no Pará nos Tempos da Ditadura Militar”. Utilizando um vasto conjunto de documentos, tais como entrevistas, biografias, jornais e documentos do SNI e do Centro de Informações Aeronáuticas, o autor analisa os embates e as características do campo eleitoral no estado do Pará entre o golpe de Estado em 1964 até o período de redemocratização na década de 1980. O autor conclui que a presença de militares das Força Armadas nos cargos do executivo estadual e do legislativo do estado do Pará diminuíram consideravelmente.

Regina Beatriz Guimarães Neto e Vitale Joanoni Neto abordam no capítulo doze como as áreas da Amazônia na região do Mato Grosso foram reocupadas por conta de alianças entre o governo federal e os empresários entre os anos de 1964 e 1985. No capítulo intitulado “Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: ditadura militar e empresários”, por meio da análise da imprensa nacional, são analisadas como ocorreram desapropriações, torturas e mortes de populações

indígenas e de comunidades extrativistas da região, promovidas principalmente por empresários que usavam do aparato do estado para promover tais ações.

O último artigo do livro, intitulado “Considerações sobre a ditadura civil militar no Sul do Mato Grosso (1964-1968)”, de autoria de Suzana Arakaki, professora de história da UEMS, aponta a dificuldade em encontrar documentos sobre o período militar em Campo Grande. A autora localizou então no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro telegramas, dossiês sobre pessoas suspeitas e sob vigilância. Devido à localização geográfica do estado do Mato Grosso, as áreas de fronteira com o Paraguai, Bolívia e a Argentina – estiveram sob vigilância constante no período. Através da documentação foi possível mapear uma série de ações adversas tanto pelo Estado Brasileiro, bem como pelas elites locais.

A leitura desta obra é de fundamental importância na contemporaneidade, onde imperam revisionismos e anacronismos sobre o período da ditadura civil-militar. A historiografia brasileira ganhou um novo fôlego com os capítulos apresentados no livro *Utopia e Repressão: 1968 no Brasil*, justamente porque desloca o “olhar” historiográfico do eixo Rio-São Paulo, sem desconsiderá-lo. Apresentado em perspectiva multiescalar e articulando o global, o nacional e o local, o livro amplia os debates sobre os efeitos, os processos de resistência, a repressão e a formulação de utopias que se estenderam por todo o Brasil no simbólico ano de 1968.

NOTAS

1. A Universidade de São Paulo teve o primeiro curso de Geografia e História criado em 1934, que foi separado em dois cursos distintos em 1956. A Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935 já contava com um curso de História independente (SILVA; FERREIRA, 2011).
2. Os quatorze artigos, que em sua maioria foram escritos por dois autores cada, tem os seguintes números de autores por região do país em que atuam: Nordeste três (3), Norte quatro (4), Centro-oeste três (3), Sudeste quatro (4), Sul cinco (5).
3. Os documentos são descritos pelas autoras da seguinte forma: “O relatório Figueiredo foi encontrado no Museu do Índio no Rio de Janeiro após demanda de pesquisa dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em 2012” (p. 35). “Na plataforma do Memórias Reveladas que consultamos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde estão disponíveis uma série de documentos confidenciais produzidos pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e Departamento da Polícia Federal (DPF)” (p. 39).

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Marieta de Moraes; SILVIA, Norma Lucia. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de história. *História & Ensino*, Londrina, v. 17, n. 2, p. 283-306, 2011.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Sagga, 2018.

SIRINELI, Jean-François. *Abrir a história: novos olhares sobre o século XX francês*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Pedro Eurico Rodrigues é Graduado, Mestre e Doutorando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista do Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação – PROMOP/UDESC.

Como citar:

RODRIGUES, Pedro Eurico. Entre a juventude e a coerção: o ano de 1968 em perspectiva multiescalar. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 709-715, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br. Resenha de: NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Sagga, 2018.